

PROGRAMA para a DIREÇÃO do SNESup

LISTA A

MANDATO 2020-2022

Nos seus 30 anos de existência, o SNESup – Sindicato Nacional do Ensino Superior/Associação Sindical de Docentes e Investigadores - afirmou-se enquanto ator político fundamental na luta pela defesa do Ensino Superior e Ciência e pela dignidade profissional dos docentes e investigadores. A força do SNESup assenta no seu posicionamento como sindicato independente e de causas que mobiliza e representa milhares de docentes e investigadores de instituições de Ensino Superior e Ciência em todo o país, um espaço de participação, debate e reflexão sobre os desafios que se colocam aos profissionais do setor que contribui para identificar as linhas de ação mais adequadas para enfrentar esses desafios.

A força do SNESup decorre também da sua capacidade de diálogo e negociação com outras entidades e atores políticos com influência na definição e implementação de políticas para o setor. Desde logo com as instituições de Ensino Superior e Ciência de todo o país, mas também com governo e organismos estatais, partidos políticos, associações académicas, outras associações sindicais e socioprofissionais e organizações internacionais (Comissão Europeia, OCDE). A força do SNESup reside ainda no conhecimento aprofundado sobre as realidades que se vivem no Ensino Superior e Ciência, incluindo através da mobilização de dados, estatísticas e resultados de pesquisa científica, valorizando o apoio do trabalho de investigação para delinear estratégias de intervenção.

É fundamental continuar a desenvolver as ações que reforçam estas características do SNESup, consolidando a sua capacidade propositiva na resolução de problemas e na definição de linhas estratégicas de desenvolvimento do Ensino Superior e Ciência. O momento que vivemos é peculiar, considerando a atual crise pandémica e as implicações profundas que já teve e continuará a ter no trabalho dos docentes e

investigadores. Ao mesmo tempo, a pandemia e a crise social e económica a ela associada colocam, em ainda maior evidência, dificuldades que temos vindo a enfrentar nos últimos anos enquanto professores e investigadores, bem como fragilidades do modelo vigente de organização e funcionamento do Ensino Superior e Ciência.

Este modelo decorre, em grande medida, das realidades emergentes no quadro institucional e normativo criado pela publicação, há já mais de uma década, de um conjunto legislativo que inclui o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), o Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior (RJAES), os Estatutos da Carreira Docente Universitária e de Ensino Politécnico (ECDU e ECDESP) e ainda da ausência de revisão, no mesmo período, do Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC). Ultrapassar as dificuldades e fragilidades que o modelo instituído por este conjunto legislativo tem vindo a revelar, requer mudanças profundas e cuidadosamente preparadas nas quais se incluem propostas de revisão destes instrumentos normativos.

É assim premente manter a continuidade do trabalho desenvolvido por anteriores direções do SNESup visando:

- a dignificação das carreiras de docência e investigação no quadro do Ensino Superior e Ciência;
- a melhoria das condições de trabalho, incluindo uma adequada compatibilização da vida profissional com a vida familiar;
- a independência e qualidade da investigação e do ensino, promovendo boas práticas de contratação em termos de emprego científico e docente;
- o reforço de oportunidades de mobilidade (com garantias) e de formação dos docentes e investigadores.

Neste enquadramento, comprometemo-nos a contribuir para:

- instituir e reforçar práticas de contratação no emprego científico e académico que promovam a estabilidade contratual;

- criar condições de progressão na carreira assentes na valorização do mérito, no respeito pelos princípios da igualdade e da proporcionalidade e no respeito pelos rácios previstos nos estatutos da carreira;
- continuar a lutar pela criação de carreira de docente e de investigador no Ensino Superior Privado, em paralelo com as carreiras do ensino superior público;
- continuar a lutar para que os níveis e modelos de financiamento do Ensino Superior e Ciência sejam adequados, não obstaculizando a generalização de boas práticas de contratação e progressão na carreira e de condições materiais de trabalho dignas;
- valorizar os princípios da participação e democracia interna nas instituições de Ensino Superior e Ciência, promovendo a colegialidade no trabalho de docentes e investigadores;
- preparar propostas de revisão dos Estatutos das Carreiras Docentes e de Investigação (ECDESP, ECDU, ECIC) e do RJIES;
- enriquecer o debate sobre temas centrais no Ensino Superior e Ciência, dando continuidade ao Fórum e Encontros do SNESup, bem como continuando a apoiar estudos e projetos sobre questões laborais e sindicais;
- reforçar a adoção e aplicação de princípios éticos adequados na contratação e gestão de docentes e investigadores;
- alargar e intensificar a participação dos associados nos órgãos e atividades do sindicato;
- consolidar uma imagem pública positiva do sindicato e dos docentes e investigadores enquanto profissionais autónomos e altamente qualificados.

Ao nível das áreas de intervenção propomo-nos desenvolver as seguintes linhas de atuação:

Área de Relações Institucionais, Comunicação e Imagem

- Manter a presença do SNESup na comunicação social, sob a forma de opinião e notícias com dados relevantes sobre o Ensino Superior e Ciência, carreiras e instituições;
- Reforçar o trabalho de articulação com os diversos partidos políticos e a capacidade de intervenção política;
- Desenvolver a articulação com outras organizações e movimentos nacionais e internacionais implicados no setor do Ensino Superior e Ciência;

- Intensificar a relação com os estudantes, através de reuniões e outras iniciativas com as suas associações representativas;
- Aprofundar a estratégia que coloca o SNESup como parceiro negocial e consultivo junto da tutela ministerial, da Assembleia da República, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCSISP).

Área de Política Reivindicativa e Apoio Jurídico

- Garantir a estabilidade dos vínculos contratuais enquanto princípio base e alicerce do sistema de Ensino Superior e Ciência;
- Assegurar o respeito pelas carreiras, nomeadamente em matéria de contratação, progressão e horas de trabalho;
- Lutar pela inversão das tendências de precarização do emprego científico e de envelhecimento do corpo docente/investigadores;
- Lutar pelo respeito da proporcionalidade estabelecida nos estatutos de carreira relativamente às diversas categorias, incluindo os limites à contratação de convidados;
- Combater a degradação e a desvalorização do trabalho dos professores convidados, reclamando o princípio de “para trabalho igual, salário igual”;
- Monitorizar e garantir a aplicação das 35 horas de trabalho semanal, com respeito absoluto pelos limites de carga horária letiva estabelecidos pelos estatutos de carreira, reconhecimento do tempo necessário às várias atividades e devida compensação das horas extraordinárias;
- Afirmar a negociação coletiva e a contratação coletiva no espaço do Ensino Superior e Ciência;
- Manter a pressão para a negociação e escrutínio dos regulamentos administrativos que emanam dos estatutos de carreira e de todos os atos administrativos com consequências nas relações laborais e condições de trabalho;
- Criminalizar os dirigentes que implementam procedimentos ilegais e indignos no que respeita às relações contratuais de trabalho;
- Manter a pressão sobre a tutela para que o artigo 53º do RJIES, relativo ao regime de pessoal docente e de investigação nas instituições privadas, seja concretizado;
- Combater os excessos e injustiças resultantes de sistemas de avaliação do desempenho;
- Valorizar a transparência e o mérito nos processos e sistemas de avaliação de desempenho e de acesso e progressão na carreira;
- Prevenir e combater situações de abuso ou assédio, pessoal ou profissional, no Ensino Superior e Ciência;

- Desenvolver barómetros, questionários e outros mecanismos de inquérito, monitorizando e caracterizando as condições laborais no setor, tendo também em atenção a forma como estes instrumentos podem promover uma participação mais democrática, o debate e a análise crítica, bem como contribuir para a representatividade das decisões.

Área de Política Educativa, Organização do Ensino e Pedagogia

- Lutar contra o subfinanciamento do Ensino Superior e Ciência e contra a redução do financiamento público no ensino superior;
- Reverter as políticas de afastamento dos docentes dos processos de decisão das instituições, eliminando constrangimentos à democracia, participação, paridade e representatividade;
- Contribuir para o conhecimento e valorização social da profissão académica;
- Analisar os mecanismos de progressão nas carreiras e o papel dos concursos nesse âmbito, estudando propostas de mudança que fomentem a transparência e a equidade;
- Promover princípios de solidariedade e ética entre os diversos agentes do Ensino Superior e Ciência, valorizando a autonomia profissional de docentes e investigadores e a colegialidade na organização do trabalho no interior das instituições;
- Desenvolver e promover análises relativas ao sistema do Ensino Superior e Ciência, designadamente através da identificação e incentivo de estudos sobre condições e relações de trabalho, mobilização coletiva, adesão sindical e organizações de trabalho.

Área de Política Científica e Apoio aos Investigadores

- Lutar para que as necessidades permanentes do Sistema Científico Nacional sejam preenchidas por investigadores enquadrados profissionalmente nos Estatutos de Carreira de Investigação Científica;
- Continuar a defender o princípio de que as bolsas devem ser reservadas apenas para a formação e que todo o restante trabalho de investigação deve ser efetuado ao abrigo de contratos de trabalho;
- Lutar para que no Orçamento de Estado distribuído para as instituições de ensino superior esteja inscrita uma rubrica claramente destinada à investigação científica, para além das verbas distribuídas para as UI&D;
- Aumentar a sindicalização e garantir a representação dos investigadores, independentemente da natureza do seu vínculo.

Área de Organização Sindical

- Reforçar a rede de delegados sindicais, com a introdução de mais mecanismos de incentivo para o exercício destas funções;
- Concretizar uma campanha de sindicalização, reforçando a implantação do sindicato e a participação dos associados;
- Promover ações junto das instituições de ensino superior privado, no sentido de captar mais sócios e conseguir uma representação mais alargada;
- Reforçar a visibilidade do SNESup nas áreas mais periféricas, com vista a cimentar a sua implantação territorial em todo o país.